

Ministério de Minas e Energia

Assessoria Especial de Comunicação Social – AESCOM

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Geração distribuída já representa 11% de toda energia gerada no país	2
Título: Projeto estuda geração solar baterias no Pará	3
Título: Demanda por minerais estratégicos impulsiona a indústria	5
Título: Transição energética aquele a corrida por insumos estatégicos.....	8
Título: Vale do Lítio aguarda pelas promessas de mais prosperidade.....	10
Título: Vale tem 11 estruturas em situação de emergência.....	12
Título: Mineradora busca prática responsável na Amazônia	14
Título: Iniciativas estimulam o empreendedorismo local	16
VEÍCULO: O Estado de São Paulo.....	18
Título: Governadores se queixam de ‘pegadinha do Sudeste’ e têm nova briga na tributária	18
VEÍCULO: Folha de São Paulo.....	20
Título: Diesel deve subir mais R\$ 0,10 com volta de tributos federais	20
Título: Dados errados de equipamentos podem ter levado a apagão, diz ONS	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/08/2023****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt****Título: Geração distribuída já representa 11% de toda energia gerada no país**

A geração de eletricidade pelos próprios consumidores, por meio da geração distribuída (GD), alcançou 23 gigawatts (GW) de capacidade instalada em agosto, segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com o uso de painéis solares, estes consumidores reúnem 11% de toda a geração do país (210,7 GW).

O ganho de escala da própria energia supera o ritmo de crescimento das fontes renováveis do modelo de geração centralizada. Nela, grandes parques de energia eólica e solar, projetados para atender o crescimento do mercado, são conectados diretamente às linhas de transmissão.

Na GD, o consumidor interage com a rede da distribuidora local. Ao fazer a adesão, é possível reduzir - ou até zerar - o valor da conta de luz. O desconto na fatura vem da redução do consumo da energia da distribuidora e da injeção do excedente gerado pelo painel solar na rede elétrica da mesma companhia.

Com incentivo financeiro à disposição, a GD assumiu o posto de terceira maior fonte de geração do país, atrás das hidrelétricas, com 52%, e da geração eólica, com 13%. Esta expansão colocou um ingrediente a mais à complexidade para operação do sistema, que já conta com o desafio de gerir geração intermitente dos parques de energia eólica e solar.

Dentro do sistema, a geração distribuída funciona, até determinado momento, como inibidora do consumo. Mas, quando os painéis começam a gerar excedente, a injeção de carga na rede faz o consumidor atuar como uma fonte adicional de energia, que precisa de uma destinação.

GD reduz pressão sobre a rede em diversos momentos”

Questionado na semana passada sobre como lidar com a GD no sistema, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luiz Carlos Ciocchi, disse, ao Valor, que é percebida uma mudança recorrente no “perfil de carga”. “Nós precisamos calcular a carga líquida, que é a diferença entre o que está sendo consumido e o que está sendo injetado pela geração distribuída”, disse.

O atual modelo de GD ainda é criticado por parte do setor por “prejudicar” os consumidores que não fizeram adesão. “Quando tem uma casa com GD e a outra casa sem, todas usam o mesmo transformador, estão ligadas à mesma rede e se beneficiam da confiabilidade do serviço. Só que uma paga integralmente pela rede e outra não”, afirmou Ricardo Brandão, diretor de regulação da Abradee, que representa as distribuidoras de energia.

Atualmente, as distribuidoras atendem 90 milhões de unidades consumidoras no país. Deste total, 2,09 milhões de clientes aderiram à geração distribuída.

Brandão disse ainda que os encargos setoriais endereçados à conta de luz são assumidos na maior parte por quem não fez adesão. Isso inclui a despesa com sobra de energia contratada em leilões, o que tende a aumentar sempre que o consumidor da GD injeta seu excedente na rede.

O presidente da Associação Brasileira de Geração Distribuída (ABGD), Guilherme Chrispim, defende que essa geração “traz muitos benefícios”, ao reduzir a “pressão sobre a rede em diversos momentos” e evita o uso de outras fontes “mais caras e poluentes”, como as térmicas.

Chrispim considera que a expansão da GD também está sendo ditada pelos “vários modelos de adesão”, que incluem a “geração compartilhada” com novos mecanismos de financiamento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2023

Seção: Empresas

Autor: Fábio Couto

Título: Projeto estuda geração solar baterias no Pará

Um projeto-piloto desenvolvido por pesquisadores e alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA) propõe a criação de um modelo de fornecimento de energia a localidades isoladas da Amazônia, com uso de geração solar e sistemas de armazenamento de eletricidade.

Elaborado em parceria com a Norte Energia, dona da hidrelétrica Belo Monte, o projeto pretende simular em tamanho real o sistema em uma localidade do entorno da usina, em Altamira (PA). O projeto, com prazo de 30 meses, surge na esteira do anúncio do governo de um plano para descarbonizar a geração de energia na Amazônia, no lugar de combustíveis fósseis.

O projeto, que está sendo implementado no âmbito do programa de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), envolve a instalação de uma pequena usina solar, de 100 kilowatts-pico (kWp), de uma microrrede local de distribuição de energia e um sistema híbrido de armazenamento da eletricidade. Esse sistema envolve a instalação de baterias de lítio e bancos de supercapacitores, equipamentos que têm como principal característica carregar e descarregar rapidamente grandes quantidades de energia.

As baterias podem armazenar e manter o fornecimento de energia por muito mais tempo, enquanto os supercapacitores podem atender a elevações rápidas de demanda nas comunidades isoladas. A miniusina solar, as baterias e os supercapacitores serão instalados em uma área ao lado da subestação Pimental, em Belo Monte. A Norte Energia investiu R\$ 5,96 milhões em recursos do programa de P&D da Aneel.

Segundo Thiago Mota Soares, pesquisador da UFPA que coordena o projeto, o sistema de armazenamento está sendo projetado para ter autonomia de dois dias sem a incidência de sol. Uma das inovações está no desenvolvimento, pelos alunos, de um conversor eletrônico que faz a gestão do armazenamento e do despacho da energia, garantindo mais confiabilidade no fornecimento da eletricidade, disse. A aquisição dos equipamentos está em andamento, além da contratação da empresa que implantará o sistema.

Soares destaca que o projeto-piloto surge quando o setor aguarda regulamentação para sistemas de armazenamento. Ele espera que os resultados possam contribuir para o debate regulatório do uso desses sistemas. “Com isso, a gente pode dar contribuições técnicas, ajudando no desenvolvimento desses sistemas no setor elétrico”, disse.

Da mesma forma, o pesquisador vê a importância do projeto crescer diante de planos da descarbonização da Amazônia. Há cerca de dez dias, o governo publicou decreto que instituiu o programa Energias da Amazônia, para reduzir o uso de óleo diesel e óleo combustível na geração de energia em sistemas isolados na Amazônia e assegurar o fornecimento de energia para essas localidades. O programa prevê o investimento de R\$ 5 bilhões para viabilizar a transição dos sistemas isolados amazônicos.

Para Soares, o projeto pode ser visto como um dos caminhos para conciliar o fornecimento de energia para as comunidades isoladas em toda a Amazônia e a

sustentabilidade. “O meio ambiente é um dos bens mais preciosos que nós temos. Temos que fazer com que ambos [o fornecimento de energia e a preservação ambiental] cresçam de mãos dadas”, concluiu.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2023

Seção: Mineração

Autor: Domingos Zapparoli

Título: Demanda por minerais estratégicos impulsiona a indústria

A indústria mineral programa investimentos de US\$ 50,4 bilhões no Brasil entre 2023 e 2027 e esse valor, o maior em uma década, está aquém do potencial de recursos que o país pode atrair. Lideranças setoriais calculam que os investimentos podem dobrar, chegar à casa dos US\$ 100 bilhões em próximos períodos quinquenais. “Estamos diante de uma enorme janela de oportunidades. Cabe ao Brasil saber aproveitá-la”, diz Raul Jungmann, presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

As oportunidades estão relacionadas à expansão exponencial do consumo de minerais classificados como estratégicos para a transição energética por meio do uso de fontes renováveis como energia eólica e solar fotovoltaica e veículos elétricos. A Agência Internacional de Energia (IEA) estima que nos próximos 20 anos, para atender a essa demanda, a produção de lítio deverá crescer mais de 40 vezes, e a necessidade de níquel, cobalto e grafite vai ser entre 20 e 25 vezes maior do que a atual. O mercado global de minerais críticos pode saltar de US\$ 320 bilhões para US\$ 1 trilhão já em 2030.

O Brasil produz 11 minerais estratégicos, com oferta de 35 milhões de toneladas em 2022. O país é o maior produtor de nióbio, o quarto em alumínio, vanádio e grafite, o quinto produtor de lítio, o sétimo em cromo e oitavo em níquel. O Brasil também é o segundo maior produtor de minério de ferro e está diante da oportunidade de expandir sua participação para atender a demanda global por minério com alto teor de pureza, menos poluentes no processamento siderúrgico. O país é líder em minério com alto teor de ferro.

“O Brasil tem boas províncias minerais e tecnologia para explorar os recursos de forma sustentável. Mas não estamos sendo eficientes para atrair os investidores”, diz Jungmann. As oportunidades e os desafios competitivos da indústria mineral brasileira são temas que terão lugar para discussão no

Congresso Brasileiro da Mineração que ocorre em paralelo à feira Expositram 2023, de 29 a 31 de agosto, em Belém, no Pará.

Estamos diante de uma enorme janela de oportunidades. Cabe ao Brasil saber aproveitá-la”

Em julho, a Vale firmou dois acordos para investir entre US\$ 25 bilhões e US\$ 30 bilhões na próxima década em metais estratégicos por meio da sua subsidiária Vale Base Metals Limited (VBM) no Brasil, no Canadá e na Indonésia. Uma parceria é com a saudita Ma’aden e o Fundo de Investimento Público da Arábia Saudita. O outro negócio é com a multinacional de investimentos Engine No.1. Os acordos vão levar US\$ 3,4 bilhões para o capital da VBM em troca de participação de 13% na companhia.

Um desafio é superar a deficiência de informações públicas sobre as características do território. Enquanto grandes produtores como Canadá, EUA, Austrália e África do Sul conhecem em detalhes seus distritos minerais, no Brasil, apenas 4% do território apresenta mapeamento geológico em escala adequada para a mineração.

Outro problema é a falta de financiamento para a atividade mineral. Apenas quatro mineradoras são listadas na bolsa de valores B3, enquanto a bolsa de Toronto, no Canadá, soma 1.400 mineradoras. São praticamente inexistentes no país os fundos de investimentos no mercado financeiro voltados ao mercado minerador, como ocorre na indústria da construção e no agronegócio. “Apenas algumas poucas companhias possuem fôlego financeiro para realizar atividades de prospecção e pesquisa mineral, que são de alto risco”, diz Jungmann.

O terceiro obstáculo para uma expansão dos investimentos no país é a volatilidade das regras tributárias. Em agosto de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou válidas as leis subnacionais que instituem taxas de controle, monitoramento e fiscalização das atividades minerais, conhecidas como TFRMs, como já faziam os Estados de Minas Gerais, Pará e Mato Grosso.

Após a decisão do STF, vários municípios também criaram suas taxas. Em 2022, as mineradoras recolheram R\$ 2,5 bilhões em TFRMs, valor uma vez e meia maior do que no ano anterior. A estimativa é que o recolhimento anual chegue a R\$ 6,3 bilhões com as novas cobranças municipais, um valor próximo aos R\$ 7 bilhões recolhidos em 2022 em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), os royalties do setor.

No total, as mineradoras recolheram no ano passado R\$ 86,2 bilhões em impostos e tributos, diante de um faturamento de R\$ 250 bilhões. O valor recolhido poderá crescer caso o Congresso Nacional institua a possibilidade de criação de novas contribuições regionais sobre produtos primários e semielaborados, como foi aprovado pela Câmara dos Deputados no âmbito das discussões da reforma tributária. “A falta de segurança jurídica e tributária é um dos principais entraves ao investimento. A mineração é uma atividade de longo prazo, que precisa de regras estáveis para ser planejada”, diz Wilfred Bruijn, CEO da Anglo American no Brasil.

Dona de um negócio de níquel em Barro Alto e Niquelândia, em Goiás, e outro de minério de ferro em Conceição do Mato Dentro (MG), o Complexo Minas-Rio, a Anglo American estuda possibilidades de ampliar suas atividades no país. A companhia possui reservas de níquel e possivelmente de cobalto no Pará e Mato Grosso. “Estamos em fase de estudos do teor e da gramatura mineral e da viabilidade da exploração”, diz Bruijn.

No momento, a mineradora executa um plano de investimentos de R\$ 2 bilhões em Goiás e de R\$ 6 bilhões em Minas, com o objetivo de modernizar e ampliar a segurança operacional e socioambiental dos seus ativos. Em Minas, a empresa está instalando um sistema de filtragem e empilhamento de resíduos, o que elimina a necessidade de resíduos.

Em 2022, a Anglo American passou a ter toda a sua demanda de energia elétrica, 300 megawatts médios, abastecida por fontes renováveis, sendo por geração eólica, solar e hidráulica. A empresa também trabalha para substituir seus caminhões a diesel por veículos movidos a hidrogênio. A meta global da companhia é alcançar o status de neutra em carbono em suas atividades próprias até 2040.

No mercado global de minério de ferro, o minério com teor de pureza acima de 62% possui um valor comercial maior, uma vez que demanda menos carvão em seu processamento siderúrgico. O Complexo Minas-Rio entrega teores de ferro na casa de 68%. Bruijn avalia que, em breve, o mercado passará a valorizar monetariamente também a sustentabilidade socioambiental da atividade mineral que gerou o insumo. “Essa nova realidade mercadológica está próxima de ocorrer e vamos estar preparados para ela”, afirma.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 29/08/2023****Seção: Mineração****Autor: Genilson Cezar****Título: Transição energética aquele a corrida por insumos estratégicos**

O aumento da demanda mundial por energia limpa está acelerando os investimentos na exploração de jazidas dos chamados minerais críticos ou estratégicos no Brasil. Nos próximos cinco anos, o país deve investir aproximadamente US\$ 8 bilhões nos principais minerais estratégicos, segundo Júlio Nery, diretor de sustentabilidade e assuntos regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Só no cobre, a expectativa é que os recursos alcancem US\$ 4,47 bilhões, enquanto o níquel desponta em segundo lugar, com previsão de investimentos de US\$ 2,3 bilhões.

É um avanço natural, aponta Vitor Saback, secretário nacional de geologia, mineração e transformação mineral do Ministério de Minas e Energia (MME). “O Brasil tem subsolo rico e grandes chances de ser um dos principais fornecedores de metais como cobre, níquel, cobalto, lítio e elementos de terras raras”, diz ele. “Possui grandes reservas dos principais minerais necessários para transição energética e energia limpa e renovável capaz de implementar um processo verde de produção”, salienta.

O lítio, por exemplo, usado para fazer baterias - desde as pequenas para celulares até as de carros e ônibus -, é considerado um metal estratégico devido à sua crescente demanda mundial. O Brasil já se destaca como o quinto maior produtor, com reservas estimadas em 1 milhão de toneladas.

“Hoje, a bola da vez é o lítio”, afirma Nery. “Temos um projeto da Sigma Lithium que investe US\$ 2,3 bilhões na extração do mineral no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais”, ressalta.

Maior produtora mundial de minério de ferro, a Vale S.A. avalia que a transição energética é um grande impulsionador de crescimento do próximo ciclo de mineração. Segundo Eduardo Bartolomeo, presidente da empresa, a estratégia consiste em garantir e desenvolver produtos de alta qualidade e buscar estar entre os produtores de níquel e cobre com a menor emissão de carbono. A Vale tem operações de níquel no Brasil, Canadá e Indonésia e refinarias no Reino Unido e no Japão. E produz concentrados de cobre nas operações de Sossego e

Salobo, em Carajás, no Pará. “Estamos bem posicionados para participar do desenvolvimento da cadeia de suprimentos de veículos elétricos na América do Norte e na Europa”, afirma Bartolomeo.

No município de Conceição do Araguaia, no Pará, a Horizonte Minerals, empresa listada nas bolsas de valores de Londres e Toronto, deve começar a operar, no primeiro trimestre de 2024, o Projeto Araguaia Níquel. A produção inicial será de 14,5 mil toneladas de ferroníquel por ano, destinadas ao mercado de aço inox. Mas a expectativa é dobrar a produção quando estiver em capacidade plena - um total de 29 mil toneladas de níquel por ano, afirma Tiago Miranda, diretor financeiro da Horizonte Minerals.

Outro metal altamente promissor no Brasil são os elementos terras raras (ETR). O país tem a terceira maior reserva do mundo, com 21 milhões de toneladas, de acordo com dados do Serviço Geológico do Brasil, vinculado ao MME. Contudo, a produção brasileira ainda não tem maior relevância mundial, indica a geóloga Ioná de Abreu Cunha, do SGB.

O quadro começa a mudar, no entanto, com a perspectiva de início da produção comercial do projeto da Serra Verde Pesquisa e Mineração (SVPM), em Minaçu, no Estado de Goiás, no fim deste ano. “Será a primeira operação em escala fora da Ásia a produzir todos os quatro elementos de terras raras magnéticos, essenciais para a fabricação de ímãs permanentes, usados em motores de veículos elétricos e geradores de turbinas eólicas”, explica Ricardo Grossi, presidente da Serra Verde. Em janeiro deste ano, a Serra Verde, um empreendimento da australiana Mining Ventures Brasil, controlado pela Denham Capital, recebeu um suporte de recursos de US\$ 250 milhões para investir no projeto.

Com o segundo melhor resultado financeiro no primeiro semestre de 2023 - faturamento de R\$ 3 bilhões, 18,3% maior que o do primeiro semestre de 2022 -, o alumínio mantém seus atrativos, especialmente depois que União Europeia e EUA passaram a considerar o metal estratégico ou crítico e definiram políticas de fomento à produção do metal. O Brasil tem a quarta maior reserva de bauxita do mundo, estimada em 2,7 bilhões de toneladas. É o quarto maior produtor mundial do minério (34,2 milhões de toneladas), terceiro produtor de alumina (10,8 milhões de toneladas) e 12º produtor global de alumínio primário (811 mil toneladas), segundo dados de 2022 da Associação da Indústria de Alumínio (Abal).

“Projeções de organismos internacionais apontam para uma tendência de aumento da demanda global de produtos de alumínio de cerca de 40% até 2030”, afirma Janaina Donas, presidente-executiva da Abal. Segundo Donas, até 2025, estão previstos investimentos de R\$ 30 bilhões em projetos a serem executados em todos os elos da cadeia produtiva: expansão de minas e reservas de bauxita, retomada da capacidade produtiva e expansão de novas plantas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2023

Seção: Mineração

Autor: Carmen Nery

Título: Vale do Lítio aguarda pelas promessas de mais prosperidade

Considerado essencial para a transição energética e para atender a indústria de tecnologia na fabricação de baterias, ligas metálicas, cerâmica e vidro e na produção de fármacos, o lítio chegou em novembro à cotação recorde de US\$ 84 mil por tonelada. No Brasil, um dos países com maior potencial de extração, retirou da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) o controle sobre o mineral em julho de 2022, liberando sua exportação e as de seus derivados.

Esses fatores geraram uma corrida de projetos para exploração na região batizada pelo governo de Minas Gerais como Vale do Lítio, composta por 14 cidades do médio Vale do Jequitinhonha. A área reúne cerca de 45 depósitos do mineral, segundo estudos do Serviço Geológico do Brasil. Dados levantados pelo Observatório dos Vales e do Semiárido Mineiro, vinculado à Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), mostram que foram registrados, de 2021 a 2023, 370 processos minerais, sendo 188 somente de janeiro a abril de 2023.

Para o governo mineiro, a região pode se desenvolver com a exploração. “Queremos que o Vale do Jequitinhonha se transforme no vale da tecnologia para a produção de baterias e demais produtos de valor agregado”, disse o governador Romeu Zema em maio, no lançamento do Vale do Lítio. A geógrafa e professora da UFVJM Aline Weber Sulzbacher, porém, avalia que as comunidades locais, segundo ela com forte cultura de agricultura sustentável, podem não se beneficiar. “Desde a década de 1960, temos a prova concreta de que grandes empreendimentos que se propõem ao desenvolvimento, inclusive de geração de energia limpa, não resultaram em desenvolvimento local. O aumento desses

processos minerários gera uma insegurança jurídica e dos territórios em toda a região, muito mais do que resultados econômicos”, diz.

O governo mineiro afirma que já foram confirmados investimentos de mais de R\$ 5 bilhões para a região, com potencial de criar mais de 3.000 empregos. As projeções até 2030 situam-se entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões em investimentos. Os interessados incluem as nacionais Sigma Lithium e Companhia Brasileira de Lítio (CBL), a americana Atlas Lithium, a australiana Latin Resources, a canadense Lithium Ionic e a holandesa AMG Critical Materials, que já opera como AMG Brasil no limite dos municípios de Nazareno e São Tiago.

A Lithium Ionic opera no Brasil como MG Lit e desenvolve projetos numa área de 14,18 hectares no nordeste mineiro. Já a AMG tem mina a céu aberto de pegmatito, rocha da qual extraiu cassiterita para produção de estanho e tântalo para a indústria eletrônica. No rejeito dessas extrações, passou a investir em P&D para construir, a partir de 2011, uma rota para o lítio, obtendo o concentrado de espodumênio ou concentrado de lítio. A empresa está investindo US\$ 50 milhões, que vão elevar a capacidade de produção de 90 mil para 130 mil toneladas.

Fabiano Costa, CEO da AMG, explica que a produção do concentrado é direcionada a clientes chineses para conversão em carbonato e hidróxido de lítio de grau técnico e posterior envio para uma subsidiária na Alemanha, que faz o beneficiamento final com conversão para hidróxido grau de bateria. “Agora já temos aprovado outro investimento de US\$ 250 milhões, com financiamento do banco de desenvolvimento alemão KfW, para termos uma planta química semelhante à da Alemanha no Brasil, verticalizando a produção em Nazareno e São Tiago. E avaliamos todas as oportunidades de exploração do lítio no Brasil, incluindo o Vale do Lítio e o Nordeste”, afirma o CEO da AMG.

A verticalização já é realidade na CBL, pioneira no Brasil, explorando o lítio há 35 anos com extração em Itinga e beneficiamento em Araçuaí. Vinícius Alvarenga, CEO da companhia, afirma que a empresa opera da extração à produção de carbonato e hidróxido de lítio, matérias-primas finais de baterias e remédios. “Usamos a lavra subterrânea nas rochas que contêm o lítio de forma automatizada, com baixa pegada de carbono e monitoramento microsísmico ao longo das galerias. Nas unidades de Itinga e Araçuaí, produzimos 45 mil toneladas por ano. A única planta química fora da China é a da CBL, a mais antiga em operação do mundo”, afirma Alvarenga.

A Sigma Lithium anunciou investimentos de R\$ 3 bilhões em uma planta de alta tecnologia para obtenção de um produto com alto grau de pureza para a produção de baterias. No início de agosto, informou ter atingido as metas de produção planejadas para o segundo trimestre na unidade industrial Greentech, no Vale do Jequitinhonha, e segue o planejamento para produzir, até dezembro, 130 mil toneladas de concentrado de lítio. Os próximos embarques previstos são de 15 mil toneladas de lítio verde no fim de agosto, 30 mil toneladas de ultrafinos em meados de setembro e outras 18 mil toneladas de lítio verde no fim de setembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2023

Seção: Mineração

Autor: Paulo Vasconcellos

Título: Vale tem 11 estruturas em situação de emergência

Quatro anos após o desastre de Brumadinho, que matou mais de 270 pessoas após o rompimento da barragem da mina de Córrego do Feijão, e sete anos depois do de Mariana - considerada a maior tragédia ambiental do país, com 19 mortes, 41 cidades atingidas por 62 milhões de m³ de rejeitos e lama e um rastro de destruição que avançou sobre o rio Doce -, a Vale já descaracterizou 12 das 30 barragens que mantém a montante em Minas Gerais. Até o fim deste ano mais uma deve estar descaracterizada, a do dique 1A, na mina Conceição, na cidade de Itabira.

Segundo a mineradora, das 18 restantes, 11 estão em nível de emergência, definido pela Agência Nacional de Mineração (ANM) como situação em que a barragem pode ter sua segurança afetada por eventos adversos, com risco de “danos à sua integridade estrutural e operacional, à preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente”. A empresa informa que metade dessas estruturas que ainda serão eliminadas já tiveram as obras iniciadas. “A descaracterização de estruturas construídas a montante no Brasil é um compromisso da Vale, além de atender às legislações vigentes sobre segurança de barragens”, diz Adriana Bandeira, diretora de descaracterização de barragens e projetos geotécnicos da companhia.

A mineradora já investiu cerca de R\$ 6,2 bilhões em seu Programa de Descaracterização de Barragens e tem provisionados R\$ 17,3 bilhões até o fim do processo. Entretanto, a dilatação do prazo para a conclusão dos trabalhos tem

incomodado especialistas. A lei 23.291/2019, conhecida como “Mar de Lama Nunca Mais”, proibiu a construção de barragens a montante, método que já era proibido na Europa e na América do Norte, em Minas Gerais. Em 2020, uma nova lei estabeleceu o prazo máximo de 25 de fevereiro de 2022 para a descaracterização dessas estruturas, mas abriu brecha para a prorrogação. As mineradoras fizeram acordos que estenderam os prazos em alguns casos por mais de dez anos.

A Vale ganhou um prazo extra, considerado exagerado por especialistas, para concluir a correção das principais estruturas ameaçadas no Estado: a barragem Sul Superior, na mina de Gongo Soco, em Barão de Cocais, até 2029, e a Forquilha 3, na mina da Fábrica, em Ouro Preto, até 2035. “Forquilha 3 está em um complexo com dez barragens sequenciais. Isso é uma bomba”, afirma Paulo Cesar Horta Rodrigues, doutor em mineralogia e geologia pela Universidade Johannes Gutenberg, da Alemanha, e pesquisador do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia Nuclear (CDTN).

Mesmo barragens com outras técnicas continuam sendo acompanhadas por auditores”

Especialistas e ambientalistas reconhecem os riscos do processo de descaracterização - o método consiste na drenagem da barragem e no plantio de vegetação na área destinada ao rejeito da mineração, que é incorporado à paisagem -, mas afirmam que as mineradoras sempre tentam retardar as soluções. “Barragens com risco de rompimento viraram trunfo das mineradoras para conseguir novas áreas para instalação de novas barragens”, critica a bióloga Daniela Campolina, coordenadora do grupo de pesquisa Educação, Mineração e Território, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Um dos pontos mais ameaçados é o Quadrilátero Ferrífero, vizinho a Belo Horizonte, que reúne os municípios de Sabará, Rio Piracicaba, Congonhas, Casa Branca, Itaúna, Itabira, Nova Lima, Santa Bárbara, Mariana e Ouro Preto, onde algumas barragens são sequenciais e estão em cima de corpos de água.

A ANM acompanha a evolução do programa em todo o país e reconhece que o plano da Vale evolui dentro do cronograma esperado. Mas faz ressalvas. “Há estruturas que sequer possuem projetos em nível detalhado, por força de questões jurídicas alheias aos critérios e parâmetros de engenharia e que fogem das competências da ANM”, informou a agência, em nota. A Fundação Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais (Feam) afirma que, entre 2019 e 2023, realizou mais de 90 vistorias apenas das barragens a montante da Vale, com

emissão de relatório, notas técnicas e notificações ao empreendedor. “Estamos no caminho certo. Mesmo as barragens com outras técnicas continuam sendo acompanhadas por auditores credenciados pela Feam”, diz Marília Melo, secretária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

O Estado, entretanto, ainda convive com ameaças de novas tragédias. Em 8 de fevereiro de 2019, cerca de 500 moradores do distrito de Socorro, em Barão dos Cocais, tiveram que sair de suas casas por causa de um erro técnico que acionou a sirene de aviso de risco de rompimento da barragem Sul Superior, da mina Gongo Soco. Em 4 de agosto deste ano foi firmado um termo de ajustamento de conduta (TAC) entre a Vale e o Ministério Público Estadual com previsão de providências técnicas e pagamento de multa de R\$ 3 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2023

Seção: Mineração

Autor: Regina Diniz

Título: Mineradora busca prática responsável na Amazônia

Pressões por descarbonização e cumprimento de determinações da Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente têm exigido práticas mais responsáveis das mineradoras. O desafio é especialmente delicado na região Norte - que concentra a maior parte da Amazônia brasileira e que respondeu por quase 39% dos R\$ 250 bilhões movimentados pelo setor no país em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) - diante da demanda de minérios que são necessários para transformação energética.

As principais reservas minerais da Amazônia são de bauxita (alumínio), ouro, cromo, cobre, ferro, manganês, nióbio, níquel, estanho e zinco. Segundo o Ibram, há empreendimentos com décadas de atividades na região comprometidos com a agenda ESG (boas práticas ambientais, sociais e de governança) em todas as suas etapas, seja em relação a meio ambiente, florestas e áreas de conservação, seja em relação às comunidades e povos originários.

“Temos estabelecido parcerias para enfrentar os grandes desafios do bioma e das pessoas que lá vivem por meio de ações de combate à pobreza, melhoria de saúde, educação, infraestrutura e fortalecimento de negócios sustentáveis”, afirma a vice-presidente de sustentabilidade da Vale, Malu Paiva. É da região amazônica que vem cerca de 60% da produção da mineradora. “É preciso agir

com ações estruturantes e sistemáticas, apoiando e ampliando ações de parceiros que atuam e conhecem o bioma, a fim de manter a floresta de pé. Fundamental não só para o desenvolvimento sustentável do território, mas também para a manutenção do nosso próprio negócio”, afirma a executiva.

A Vale afirma ter investido mais de R\$ 1 bilhão em ações de proteção, pesquisa, desenvolvimento territorial e incentivo à cultura na Amazônia na última década. A companhia mantém, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a unidade de conservação Floresta Nacional de Carajás, criada em 1988. Também ajuda na proteção de outras cinco unidades - florestas nacionais do Tapirapé-Aquiri e de Itacaiúnas, Reserva Biológica do Tapirapé, Área de Proteção Ambiental do Igarapé do Gelado e Parque Nacional dos Campos Ferruginosos - vizinhas, com cerca de 800 mil hectares, e planeja recuperar e proteger outros 500 mil ha de florestas até 2030 por meio do projeto Meta Florestal.

A Mineração Rio do Norte (MRN), que extrai bauxita na Amazônia há quatro décadas, também mantém ações para minimizar o impacto da exploração mineral. O diretor de sustentabilidade e jurídico da MRN, Vladimir Moreira, reconhece os desafios de equilibrar a atividade com a sustentabilidade. “Procuramos equacioná-los a partir de um diálogo permanente com a sociedade, com comunidades vizinhas. Mantemos escuta ativa por meio de reuniões, fóruns de diálogo e outras ações de relacionamento que possibilitam a troca permanente de informações e esclarecimentos sobre a operação da empresa, buscando estabelecer parcerias para o compartilhamento de valor do negócio”, afirma.

O reflorestamento é com sementes fornecidas por comunidades da região”

A MRN, diz, faz recomposição florestal das áreas imediatamente após a mineração, uma vez que a processo de lavra é feito em faixas. “Temos orgulho dessa iniciativa, considerada uma referência no setor mineral, pois todo o reflorestamento é feito com espécies nativas, produzidas a partir de sementes fornecidas por comunidades na região.” A empresa mantém um banco de germoplasma, com castanheiras plantadas com sementes de toda a Amazônia, atividades que possibilitaram a catalogação de 15 novas espécies e projetos que conciliam geração de renda com preservação ambiental protagonizados por comunidades vizinhas. Com o ICMBio, firmou um termo de cooperação técnica para suporte às atividades do instituto.

A Hydro Paragominas afirma ter compromisso com o uso sustentável dos recursos e a preservação ambiental nas operações de sua mina de bauxita no município paraense de Paragominas. “Sabemos da grande responsabilidade de atuar na área de mineração na Amazônia. Por isso buscamos uma operação responsável, comprometida com o meio ambiente e integrada com as comunidades vizinhas”, afirma o diretor industrial da empresa, Anderson Martins.

A Hydro firmou o compromisso de diminuir as emissões de carbono em 30% até 2030 e tem como meta zerar as emissões de CO2 até 2050. Segundo Martins, a companhia tem estratégias de sustentabilidade em três frentes de atuação: clima, meio ambiente e sociedade. “Investimentos em pesquisa, reflorestamento do bioma amazônico, reaproveitamento de água e utilização de energias renováveis”, diz.

As ações sociais da mineradora na Amazônia são implementadas por meio do Fundo de Sustentabilidade Hydro, organização sem fins lucrativos criada em 2019 com o compromisso conjunto das empresas Hydro, Albras e Alunorte. Em 2022, o fundo investiu R\$ 5,5 milhões em projetos e ações sociais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 29/08/2023

Seção: Mineração

Autor: Carin Petti

Título: Iniciativas estimulam o empreendedorismo local

Embaixo da terra, elas buscam ouro, níquel, zinco e outros minérios. Na superfície, as atividades incluem projetos sociais dirigidos às comunidades do entorno. “Praticamente toda empresa do setor de mineração tem ações de desenvolvimento do empreendedorismo local, geração de renda, capacitação profissional e educacional”, diz Julio Nery, diretor de sustentabilidade e assuntos regulatórios do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Iniciativas na área de cultura, esporte e saúde também são comuns. O objetivo é diversificar a economia para reduzir a dependência da mineração.

“Queremos que as regiões onde atuamos possam continuar a prosperar quando a mineração acabar, daqui a décadas”, diz Ivan Simões, diretor de assuntos corporativos e impacto sustentável da Anglo American no Brasil. A companhia apoia pequenos produtores locais, sobretudo de mel, horticultura, leite e queijo,

nos municípios onde explora minério de ferro. Segundo a empresa, a renda dos cerca de 400 participantes cresceu em média 32%. As iniciativas integram o programa Crescer que, desde 2017, recebeu investimentos de cerca de R\$ 20 milhões. As ações, em parceria com a ONG TechnoServe Brasil, incluem capacitação de jovens em empregabilidade e empreendedorismo. Segundo a companhia, os cerca de 1.800 jovens que já participaram das aulas tiveram aumento médio de 180% na renda mensal bruta.

A educação recebeu cerca de metade dos investimentos de R\$ 30 milhões nos últimos dez anos do programa Integral, da Kinross, em ações para promoção de atividades culturais, conscientização ambiental e geração de renda. Entre as iniciativas está a capacitação pedagógica de professores e o treinamento em gestão para diretores de oito escolas da região de Paracatu, em Minas Gerais, onde ficam as minas de ouro da companhia.

A companhia também capacita instituições locais para que concebam projetos para captação de recursos públicos e privados via, por exemplo, Lei Rouanet. A iniciativa começou, em 2014, motivada na dificuldade que a empresa tinha em encontrar parceiros locais com projetos sociais para investir, conta Ana Cunha, diretora de relações governamentais e responsabilidade social da Kinross.

“Em 2014, tínhamos uma única instituição apta a receber investimentos. Com o treinamento, hoje mais da metade dos nossos 22 projetos sociais de Paracatu são de entidades locais”, diz Cunha. Entre os beneficiados está a Associação de Guias de Turismo do noroeste de Minas (Guias Tur), responsável por projetos sociais para incentivar o turismo e atividades culturais na cidade e arredores.

“Até 2019 nunca havíamos pleiteado recursos da Lei Rouanet por não acreditar no processo de avaliação e aprovação de projetos como os nossos”, diz a produtora cultural e cofundadora da entidade, Christiane Pereira dos Santos. Ela conta que, com o treinamento e a ajuda de consultores contratados pela Kinross, a associação já recebeu R\$ 2,6 milhões da empresa pela Rouanet e outros R\$ 300 mil via Fundo Municipal do Idoso da cidade.

Queremos incentivar entidades a terem autonomia para captar recurso”

Os recursos são destinados a duas iniciativas. No projeto Cutucar, incorporado pelas 27 escolas da rede pública de ensino, a entidade promove atividades com historiadores em sala de aula e visitas a locais históricos da cidade. No segundo, o projeto Conviver Memórias, 200 idosos visitaram até agora locais como igrejas e quilombos com a intenção de trazer à tona lembranças do passado.

“Estamos conversando com outras empresas para captar mais R\$ 900 mil, em projeto já aprovado pela Lei Rouanet, para continuar as iniciativas para terceira idade”, afirma.

“Com a capacitação, queremos incentivar entidades a terem autonomia para captar recursos de diferentes fontes”, afirma Ana Cunha, da Kinross. A iniciativa é também dirigida para associações de bairro, que buscam recursos de fundos municipais para atividades como reforço escolar e aulas de educação física e de inglês para a comunidade local.

As relações com a comunidade foram um dos 12 pilares da chamada Agenda ESG da Mineração, formalizada pelo Ibram com base na carta compromisso do setor mineral, lançada em 2020, na esteira dos desastres das barragens de Mariana e Brumadinho. Além de prever a atuação em projetos dirigidos a comunidades no entorno, o documento prevê a criação de metas, não obrigatórias e ainda não completamente finalizadas, em outras áreas, como segurança, gestão de barragens e estruturas de rejeitos, mitigação de desastres ambientais e uso da água e da energia.

VEÍCULO: O Estado de São Paulo

Data: 29/08/2023

Seção: Colunas

Autor: Roseann Kennedy

Título: Governadores se queixam de ‘pegadinha do Sudeste’ e têm nova briga na tributária

Quando se reunirem em Brasília, hoje, os governadores das 27 unidades da Federação vão iniciar um novo embate sobre o Conselho Federativo, que vai gerir e distribuir os recursos do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Se na Câmara os gestores do Sul e Sudeste se uniram, desta vez enfrentarão um racha. O principal motivo é a reclamação de que governadores dos Estados que têm as maiores populações teriam articulado “uma pegadinha” para ficarem com poder de veto em qualquer decisão do Conselho. O texto estabelece que as definições do colegiado só valem se forem aprovadas pela maioria absoluta dos representantes dos municípios e dos Estados com pelo menos 60% da população brasileira. Este é o ponto da discórdia.

CONTAS

Somente os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro têm quase 40% da população, de acordo com o último censo do IBGE, e com 41% já há força suficiente para barrar as decisões.

DISCORDO

Os insatisfeitos citam os três Estados porque o governador Renato Casagrande (ES) engrossa o coro dos que não concordam com o critério populacional. “Defendo que as medidas sejam válidas apenas se tiverem 50% dos votos de cada uma das regiões.”

NÃO

Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul, diz que “nenhuma região pode preponderar sobre outra e ter sozinha poder de veto”.

CALMA

O relator no Senado, Eduardo Braga, recebeu cinco governadores e sinalizou mudança para não haver concentração de poder regional.

RECLAMAÇÃO

Alvo de fogo amigo no governo, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ainda enfrenta resistências entre lideranças da energia solar. O setor tem seu desenvolvimento como promessa de campanha do presidente Lula. O presidente do Movimento Solar Livre, Hewerton Martins, diz que o ministro virou as costas para a energia limpa e está em campanha eleitoral.

ALFINETADA

“O setor de geração distribuída está em todo o Brasil e gera muitos empregos. O ministro não tem agenda para nós, mas tem para entregar viaturas policiais em Minas Gerais, seu Estado”, afirmou à Coluna.

CURRÍCULO

Nos momentos finais da disputa para vaga da OAB no STJ, os candidatos passaram a comparar os números de processos que têm na corte como credencial. Aqui a lista: Daniela Teixeira (146), Luiz Cláudio Allemand (71) e Otávio Luiz Rodrigues Junior sem nenhum.

PSDB...

O PSD está de portas abertas para receber a governadora de Pernambuco, Raquel Lyra, que pode deixar o PSDB em breve. À Coluna, o ministro da Pesca, André de Paula, aliado de Gilberto Kassab, disse que o partido ficaria “honrado” em recebê-la, mas destaca que a decisão é “personalíssima”.

...SEM O ‘B’

Recentemente, Raquel contemplou o PSD nomeando Cacau de Paula, filha de André, como secretária de Cultura. Caso a troca de partidos se confirme, o presidente Lula não terá nenhum governador de oposição no Nordeste.

PRONTO, FALEI!

Miguel Reale Júnior Jurista

“Sem entrar no mérito, a decisão judicial exclui Dilma da ação de improbidade porque a presidente enquadra-se no crime de responsabilidade.”

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 29/08/2023

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Diesel deve subir mais R\$ 0,10 com volta de tributos federais

Pressionado nas bombas pelo mais recente reajuste nas refinarias da Petrobras e por importações mais caras, o preço do diesel deve ter novo repique no início de setembro, com a retomada parcial da cobrança de impostos federais.

A reoneração está prevista para a próxima semana, segundo a MP (medida provisória) que reduziu os impostos sobre a compra de veículos. O diesel passa a ter PIS/ Cofins de R\$ 0,11 por litro em setembro e mais R\$ 0,02 por litro em outubro —hoje esse imposto está zerado.

Procurado, o Ministério da Fazenda não respondeu se o cronograma será mantido diante do quadro atual. O preço do diesel nos postos disparou nas últimas semanas, voltando a superar a casa dos R\$ 6 por litro pela primeira vez desde fevereiro.

Na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio combustíveis), o litro do diesel S-10 foi vendido, em média no país, a R\$ 6,05. É uma alta de R\$ 0,97 por litro desde o reajuste da Petrobras, no último dia 16.

O repasse foi bem maior do que os R\$ 0,65 por litro estimados pela estatal, cenário que o mercado atribui também ao encarecimento das importações, que são responsáveis por cerca de um quarto do abastecimento nacional.

Distribuidoras reclamam ainda do elevado preço dos Cbios, os créditos de carbono do setor de combustíveis, que se aproximaram em julho de R\$150, o que representaria mais de R\$ 0,10 por litro nas bombas.

Considerando a mistura de biodiesel ao diesel vendido nos postos, o setor espera que a retomada da cobrança de PIS/Cofins represente um repasse de R\$ 0,10 por litro já no início de setembro.

A reoneração federal sobre o diesel ocorre em um momento de pouca manobra para redução nas refinarias da Petrobras, como ocorreu quando o governo retomou a cobrança integral de impostos sobre a gasolina.

Na abertura do mercado desta segunda (28), o preço médio do diesel nas refinarias da estatal estava R\$ 0,66 por litro, abaixo da paridade de importação calculada pela Abicom (Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis).

É o maior valor depois do reajuste do dia 16, um indicativo de que a empresa não tem gordura para cortar neste momento.

No sábado (26), o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, alertou em redes sociais para nova escalada do preço do combustível no mercado internacional após incêndio em refinaria dos Estados Unidos com capacidade para abastecer cerca de 5% do mercado local.

“O impacto no suprimento regional e nas exportações de derivados é incerto e dependente dos danos causados no seu parque de tancagem e na capacidade da refinaria em manter sua taxa de processamento em patamares elevados”, disse Prates

“Continuaremos monitorando a situação operacional ao longo do final de semana para observar se os efeitos serão transitórios ou duradouros.”

VEÍCULO: Folha de São Paulo

Data: 29/08/2023

Seção: Mercado

Autor: Alexa Salomão

Título: Dados errados de equipamentos podem ter levado a apagão, diz ONS

Geradores deram informações diferentes antes e depois do blecaute, prejudicando planejamento.

O primeiro informe sobre as apurações do apagão do dia 15 de agosto aponta que geradores não enviaram informações corretas sobre o desempenho de seus equipamentos para o ONS (Operador Nacional do Sistema).

Essa imprecisão teria comprometido planejamento e operação do sistema. Ambas as coisas são feitas diariamente com base nesses dados enviados por empresas.

O ONS não especificou quais empresas e fontes —hidrelétricas, térmicas, eólicas ou solares— teriam fornecido dados que não bateram e reafirmou que, por causa da complexidade do evento, segue aprofundando as análises.

Desde o apagão, porém, já alterou a operação, utilizando mais hidrelétricas para dar maior estabilidade ao sistema.

Dados são a essência do bom funcionamento do setor elétrico. O planejamento e a operação no dia a dia consideram as informações enviadas por todos os agentes de geração, transmissão e distribuição, explicam os especialistas na área.

“O ONS e a EPE [Empresa de Pesquisa Energética] precisam da informação correta dos parâmetros elétricos e energéticos de todas as fontes, sobretudo das renováveis, para poder operar e planejar o sistema, garantindo a confiabilidade a mínimo custo”, afirma Luiz Augusto Barroso, presidente da consultoria PSR, especializada em energia, e ex-presidente da EPE.

“São muitas informações novas, sobretudo na parte elétrica, onde a gestão da operação pelo ONS é muito dependente de informação correta submetida pelos agentes”, continua ele.

Dados incorretos estão entre as causas do apagão mais emblemático da história do país, o de 2001, que levou ao racionamento. A estimativa de energia assegurada em cenário de risco na época estava superdimensionada, dando a falsa ideia de que os reservatórios suportariam uma seca, o que não se confirmou.

O problema foi relatado no documento final sobre aquele apagão, que ficou conhecido como “relatório Kelman”, por ter sido coordenado por Jerson Kelman, um dos maiores especialistas em energia e água do país e ex-diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica)

“A depender da evolução das apurações do ONS, talvez a gente tenha neste outro apagão a oportunidade de aperfeiçoar essa regulamentação sobre dados”, diz Kelman.

O ONS já havia apontado que o evento zero do apagão em 15 de agosto deste ano foi uma falha na linha de transmissão entre Quixadá e Fortaleza, no Ceará, que faz parte da Chesf, subsidiária da Eletrobras na região Nordeste.

A linha sofreu forte oscilação, com queda de tensão. O sistema de proteção, que a desligaria, não funcionou, e o distúrbio se espalhou pelo sistema.

Todos os especialistas, inclusive do próprio ONS, insistiam que esse tipo de problema não explicava o blecaute, pois a deficiência pontual na linha não teria condições técnicas de gerar um apagão de proporções nacionais.

O abastecimento do país é definido com base em modelos matemáticos — softwares alimentados com dados enviados por todos os agentes do setor quando entram em operação.

Com o apagão, o ONS fez checagem de suas projeções, rodando os modelos nos computadores. Em nenhum cenário a falha na linha no Ceará se propagava, porque os geradores garantiam tensão para o sistema.

“Nas simulações realizadas pelo operador com os parâmetros enviados pelos agentes na entrada em operação das usinas geradoras, os quais compõem a base de dados oficial do ONS, não foi possível reproduzir a perturbação ocorrida no dia 15 de agosto”, diz texto do ONS.

“Em todos os testes realizados com esses dados não foi observada redução de tensão que viole os procedimentos de rede, como a que ocorreu após o desligamento da LT 500 kV Quixadá - Fortaleza II”, continua o relatório.

Os geradores tiveram, no entanto, de reenviar informações após o apagão. Com base nos dados novos, o ONS constatou que os geradores não garantiam a tensão necessária.

“Somente com as informações recebidas dos agentes após a ocorrência foi possível reproduzir, no ambiente de simulação, a perturbação do dia 15 de agosto”, prossegue a publicação

“A partir dessas novas informações, o ONS realizou uma análise minuciosa da sequência de eventos e testou múltiplos cenários, que apresentaram sinais de

que o desempenho dos equipamentos informado pelos agentes ao ONS antes da ocorrência é diferente do desempenho apresentado em campo. Importante destacar que o problema identificado não tem relação direta com o tipo de fonte geradora”, completa o ONS.

Será preciso avaliar como ocorreu o erro de informação. Muitos geradores entram em operação oferecendo apenas as informações do fabricante, deixando a validação sobre o desempenho do equipamento para outro momento.

Uma leitura para o problema é que a informação sobre esse desempenho, na prática, não está sendo repassada ao ONS no prazo adequado.

O ONS divulgou as informações após a primeira reunião com agentes do setor para elaborar o RAP (Relatório de Análise de Perturbação). Mais de mil profissionais participaram do evento online. O próximo encontro é em 1.º de setembro.

“Para mim, duas questões são importantes na nota do ONS: primeiro, a constatação de que não houve um segundo distúrbio. Segundo, o ONS informar que só depois foram encontrados sinais de que as fontes de geração próximas alinha de transmissão não apresentaram o desempenho esperado. Se a simulação mostrasse isso antes, a operação poderia ter sido diferente naquele dia”, diz Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia e ex-diretor-geral do ONS.

Nesta semana, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, estará em duas comissões do Congresso para falar sobre o apagão, exploração de petróleo e mineração, a de Minas e Energia e a de Fiscalização Financeira e Controle.

Procurada pela Folha, a Eletrobras enviou nota afirmando que “as empresas do grupo Eletrobras não alteraram as informações e os dados dos seus equipamentos antes ou depois do distúrbio”. A companhia controla ou tem participações nas maiores hidrelétricas do país.

A Absolar, do setor fotovoltaico, diz que aguarda o RAP para se manifestar sobre o apagão, mas destaca que não só as empresas, mas também os reguladores, devem manter dados atualizados.

“Tais dados fornecidos pelos agentes devem ser objeto de conferência e auditoria pelo ONS, não se limitando, portanto, à autodeclaração, com o fornecimento dos documentos comprobatórios”, afirma a nota.

O texto também afirma que “é fundamental que os modelos de simulação do desempenho do sistema elétrico, que naturalmente apresentam uma diferença em relação à operação em tempo real, estejam atualizados e calibrados, com dados críveis dos equipamentos elétricos, de modo a antecipar e mitigar perturbações sistêmicas.”

A Abraget, das geradoras termelétricas, afirma que em 15 de agosto não havia usinas termelétricas próximas à LT Quixadá-Fortaleza II sendo despachadas pelo ONS.

Já a ABEólica, dos geradores eólicos, diz não ter como tratar de temas particulares de empresas.

CAPAS DE JORNAIS

Mineração
Transição energética abre janela enorme de oportunidades ao país, diz Jungmann
Caderno especial



Crédito
Inadimplência no parcelado do cartão bate recorde de 10,3% em julho; juros vão a 198,4% ao ano C1



Automóveis
BMW traz o luxuoso sedã elétrico i7 para ser o carro mais caro da marca no Brasil: R\$ 1,28 milhão B4

Terça-feira, 29 de agosto de 2023
Ano 24 Número 5025 R\$6,00
www.valor.com.br

ECONÔMICO Valor

Avanço de reformas é visto com otimismo e cautela por líderes empresariais

Valor 1000 Para executivos das 27 companhias com melhores desempenhos no país, mudanças já dão sinalização positiva

De São Paulo

É com um misto de otimismo e cautela que os líderes no comando das maiores empresas do país olham para o futuro próximo. Na visão desses executivos, que participaram na noite de ontem do lançamento do anuário e da premiação do Valor 1000, as reformas em curso, como a tributária, já trazem sinais positivos e contribuem para aprimorar o ambiente de negócios do país — embora seus impactos variem para as diferentes áreas de atividade.

O prêmio destaca as 27 companhias de melhor desempenho no país em seus setores. Neste ano, a grande vencedora é a Genus, líder no setor de siderurgia,

e escolhida como a Empresa do Ano. Gustavo Wernick, presidente da companhia, diz acreditar em seu consenso na sociedade brasileira sobre a importância de se avançar na agenda de reformas estruturais, necessárias para a retomada da competitividade da economia. “Nesses primeiros seis meses do novo governo temos visto ações importantes, como a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do novo arcabouço fiscal e o progresso da reforma tributária, que devem ajudar a melhorar o ambiente de negócios.”

Além da reforma tributária e do controle fiscal, a reforma administrativa também foi citada pelos executivos como um passo necessário para o ganho de produtividade do país e menor peso sobre a dívida pública. Destacam, ainda, a importância da redução dos juros para um ambiente mais favorável aos negócios. Alguns lembraram, no entanto, que o ciclo de cortes na taxa Selic apenas começou e, por isso, ainda não é suficiente para desengatar novos investimentos.



Gustavo Wernick, CEO da Genus, imperou tanto quanto nos primeiros meses de governo

AS MELHORES DE CADA SETOR

EMPRESA	SETOR	EMPRESA	SETOR
Genus	Siderurgia	Genus	Siderurgia
Sanebr	Água, Saneamento e Serviços Ambientais	Wald	Metálgica e Siderurgia
Ambev	Alimentar e Bebidas	Weg	Máquina
BP Brasil	Química	Sococo	Papel e Celulose
Serfrig	Comércio Atacadista e Varejo	Shell	Petróleo e Gás
Banco Bradesco	Química	Petrobras	Petróleo e Gás
Moto Locomoção de Equipamentos	Química e Petróleo	Frigorifer	Química e Petróleo
Alfa	Indústria	BR	Serviços Especializados
Inditex	Indústria	Grupo Fleury	Serviços
Orax	Engenharia e Construção	FM	TI e Telecom
CPFL Energia	Energia Elétrica	Grupo EBR	Transporte e Logística
Grupo B3	Indústria e Comércio	Brasfomeg	Seguros e Previdência
Logis Remex	Indústria de Móveis	Itaú Unibanco	Banco
Duca	Mineração		

EMPRESA DE VALOR 2023 GERDAU

Minerva paga R\$ 7,5 bilhões por ativos da Marfrig

Maria Luiza Filgueiras
De São Paulo

A Minerva comprou 18 plantas de abate e desossa da Marfrig na América do Sul, além de um centro de distribuição, por R\$ 7,5 bilhões. São 11 unidades no Brasil, sete no Uruguai, uma na Argentina e uma no Chile, mercado de exportação para a companhia. O negócio é estruturado para ambas. Enquanto a Marfrig segue sua consolidação como empresa de marcas, com produtos de maior valor agregado, a Minerva realiza a vocação de empresa de commodities. “As companhias reforçam seus laços”, disse o CEO da Minerva, Fernando Queiroz, ao Pipeline, site de negócios do Valor. **Página B8**

Indicadores

Indicador	2023	2022	2021
Índice de Desenvolvimento Humano	0,751	0,748	0,745
Índice de Desenvolvimento Econômico	1,234	1,231	1,228
Índice de Desenvolvimento Social	1,123	1,120	1,117
Índice de Desenvolvimento Ambiental	1,012	1,009	1,006
Índice de Desenvolvimento Cultural	0,901	0,898	0,895
Índice de Desenvolvimento Tecnológico	0,790	0,787	0,784
Índice de Desenvolvimento Político	0,679	0,676	0,673

Taxação de fundos é enviada à Câmara

De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou ontem a Medida Provisória (MP) que taxa os chamados fundos fechados no país (“onshore”). O objetivo é compensar a renúncia de receita com a atualização da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), em vigor desde maio. O governo também encaminhava ao Congresso projeto de lei que tributa

os fundos no exterior (“offshore”), que irá tramitar em regime de urgência constitucional. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, as duas medidas, somadas, têm potencial para gerar mais de R\$ 20 bilhões no próximo ano. A MP dos fundos fechados prevê que a cobrança será realizada duas vezes por ano, no modelo chamado “come-out”, com alíquota de 15%. Já, ainda, uma alíquota inferior, de 10%, para quem optar

por regularizar os valores ainda neste ano. No entanto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-MG), já se posicionou contra esse patamar e disse que a alíquota precisa ser menor, de no máximo 8%.

Desenvolvimento sustentável



O economista André João Rocha, que participa hoje de reunião no Rio, critica intenção de expor petróleo no Mercado Equilibrado. “Novo projeto de petróleo não é um bom ideia. Enxugue o melão.” **Página B7**

Natura deve vender a The Body Shop

André João Rocha e Felipe Laurence
De São Paulo

Quatro meses após anunciar a venda da Aesop para a L’Oréal, um acordo de US\$ 2,5 bilhões, a Natura informou que ainda venderá também a The Body Shop, negócio comprado há seis anos em uma transação estruturada em R\$ 1 bilhão, mas que tem afetado negativamente os resultados da companhia. A notícia foi bem recebida pelos investidores. A ação da Natura foi elevada no pregão de ontem na B3 em alta de 2,2%. O Bradesco 300 estíma que a The Body Shop deve valer entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3,5 bilhões. **Página B7**

PL do Carf traz mudanças no seguro garantia

Beatriz Oliveira, Raphael Di Castro e Julia Lander
De São Paulo

O projeto de lei que desolve ao representante da Receita o voto de desempate nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, uma das principais agências do governo para elevar a arrecadação, traz duas alterações importantes com relação ao seguro garantia — e contraria aos interesses da Fazenda Nacional. O texto prevê a União a liquidação antecipada de garantias em disputas tributárias na Justiça e também determina que ela recolha, com atualização, as despesas dos contribuintes com a contratação desse seguro. **Página E1**

Destaque

Investimento chinês cai

Em um ano “reestatístico” para o investimento chinês no Brasil, a entrada de recursos do gigante asiático recuou 75% em 2022, na comparação com 2021, para US\$ 1,1 bilhão, o menor valor desde 2009. Mas o número de projetos em curso no período, mostra estudo da Consultoria Empresarial Brasil-China (CEBC). “Não há desinteresse pelo Brasil, pelo contrário”, afirma João Carlos, diretor da CEBC. **A5**

O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1861-1927)



Terça-feira 29 de AGOSTO de 2023 • R\$ 6,00 • Ano 144 • Nº 47432
estadão.com.br



Paulistas enfrentam frio intenso na capital e chuva no litoral

Foram 286,6 milímetros de chuva na região de Ubatuba entre sexta-feira e ontem. Pista da Rodovia dos Tamoios, na região de serra, foi interditada. Temperatura no Estado subirá lentamente até domingo – a mínima na capital pode ser de 14° hoje. ...A22

E&N Arrecadação federal ...B1

Governo busca R\$ 45 bi extras com nova taxaço de mais ricos

Intenção é arrecadar com fundos offshore e exclusivos

O governo enviou ontem ao Congresso proposta que altera a tributação dos fundos de investimento exclusivos e dos offshore – bens e aplicações no exterior, em geral em paraísos fiscais. A estimativa é de arrecadar até R\$ 45 bilhões até 2026. A mudança nos fundos exclusivos foi enviada por meio de medida provisória, que tem vigência

R\$ 1 trilhão
É o total de ativos dos fundos offshore (no exterior). Os fundos exclusivos acumulam R\$ 756,8 bilhões no Brasil

imediate, mas precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias. Somente no exterior, os ativos dos fundos offshore somam

R\$ 1 trilhão. Já os fundos exclusivos acumulam R\$ 756,8 bilhões em aplicações no Brasil, num universo de 2,5 mil investidores. Para garantir equilíbrio entre receitas e despesas, o governo tenta reforçar o caixa. O ministro Fernando Haddad (Fazenda) prometeu déficit zero nas contas do governo no ano que vem. O Orçamento de 2024 deve ser apresentado até quinta-feira.

'Economia de mercado está sob ataque'

Esse fenômeno é mundial, segundo Marcos Troyjo, ex-presidente do Banco do Brics. Para ele, protecionismo levará a um "subdesempenho" global. ...B6

E&N Varejo ...B14

Briga de Magalu e fundadores da Kabum continua e pode ir à Justiça

Plataforma de e-commerce de informática foi adquirida em 2019 e ex-donos foram demitidos por justa causa.

Atenção básica ...A20

SP cria Tabela SUS própria, que pagará 5 vezes mais a hospitais

Objetivo é reduzir espera por cirurgias no Estado e minimizar crise financeira em algumas das entidades.

8 de Janeiro ...A8

STF supera análise de ações e julgará os primeiros 232 réus dos atos golpistas

Análise começará pelas acusações mais graves de um total de 1,395 denunciados. Penas podem chegar a 30 anos.

Notas e Informações ...A3

A nova pedalada moral de Lula

Jorge J. Okubaro ...A4
Qual reforma administrativa?

Demi Getschko ...B14
Riscos de um falso antagonismo

EDU ...D1 a D8

A busca por qualidade de vida na carreira



Pesquisa com 71 mil jovens mostrou que eles agora buscam conciliar profissão com saúde física e mental.

No Guia das Faculdades

1. Como unir carreira e qualidade de vida ao selecionar cursos e faculdades
2. A escolha entre a faculdade pública e a privada
3. Adesão a cursos tecnológicos a distância sobe 230%
4. Economias verde, digital, criativa e 'do cuidado' têm vagas promissoras

E&N Projeto no Senado ...B2

Ipea aponta que 18 Estados e o DF vão ganhar com a reforma tributária

PERSPECTIVA



Estudo mostra que 82% das 5.568 cidades do País, onde vivem 67% dos brasileiros, terão aumento de participação na arrecadação.

Barulho caro: R\$ 12 mil ...A18

Prefeitura de SP propõe que Ppsi possa multar residências

Carbonizados na Bahia ...A21

Novo são mortos em chacina, incluindo três crianças

C2 Inspiração de série ...C6 e C7
Livro sobre crise de opioides vinda dos EUA expõe segredos

Edição de hoje
4 CADERNOS - 52 páginas

Caderno A. Opinião, Política, Internacional, Metrópole, Saúde, Esportes, Para fechar...
E&N. Destacar Economia & Negócios

C2. Cultura & Comportamento.
A fundo

Especial
Ponto Edu

Tempo em SP
14° Min. 17° Máx.
ISSN - 1916-293-1

FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 * Nº 34.481

TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2023

R\$ 6,00

Mpme p. 1 a p. 4
Popularidade de missões esquenta rede de negócios
Concursos atraem 4.000 participantes por ano e movimentam áreas de vestuário, cursos e eventos.

Esporte B7
Messi transformará futebol dos EUA, aposta Klinsmann

Ilustrada C1
Diversidade é ativo do mercado de arte e se exhibe em SP

Comida C8
Whey vira guloseima e conquista público fora da maromba

Tony Goes
Desinformados e a fila do transplante
Ese, em vez de reclamar de uma injustiça imaginária, você doasse os seus próprios órgãos? A primeira coisa é avisar a família sobre a sua vontade. Quando as doações aumentarem, as filas irão diminuir, e celemos como esta, em torno de Fausto Silva, cessará de existir. *Corrida B8*



ESPUMA FAZ CEDAE INTERROMPER FORNECIMENTO DE ÁGUA NO RIO

Estação Guandu (foto) foi paralisada após surgimento de espuma, provavelmente causada por vazamento de resíduo industrial; normalização do sistema pode levar até 3 dias B4

Lula assina MP para cobrar imposto sobre fundos de super-ricos

Modalidade abrange cerca de 2.500 brasileiros; Executivo envia ao Congresso projeto para tributar renda em offshore

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou ontem medida provisória para tributar de 15% a 20% o rendimento de fundos exclusivos a investidores com milhões em carteira. De acordo com o governo, a cobrança será realizada duas vezes ao ano, e não apenas no resgate, como ocorre hoje. Assim, espera-se arrecadar R\$ 24 bilhões até 2026.

Além disso, o Planalto informou que encaminhou ao Congresso o projeto de lei para taxar, com alíquotas progressivas até 22,5%, offshores e trusts que gerenciam no exterior cerca de US\$ 200 bilhões pertencentes a cidadãos brasileiros. Rendimentos anuais até R\$ 6.000 estariam isentos, e aqueles entre esse patamar e R\$ 50 mil pagariam 15%.

Os deputados resistem à pauta, e o Executivo evocou urgência constitucional. Em cerimônia, o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que aposta na arrecadação para manter as contas no arcabouço fiscal, refuta a ideia de revanchismo. *Mercado A13*

Disputa por mercado marca debate sobre rotativo do cartão A15

Dados errados podem ter levado a apagão, aponta ONS

Informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) sobre a apuração do apagão do dia 15 aponta que geradores não enviaram informações corretas sobre o desempenho de seus equipamentos ao órgão. A imprecisão teria comprometido o funcionamento do sistema. Análises prosseguem.

O ONS não disse quais empresas e fontes —hidrelétricas, térmicas, eólicas ou solares— forneceram os dados, mas já alterou a operação, com mais hidrelétricas para elevar a estabilidade das redes. Falha em linha de transmissão no Ceará foi apontada como evento zero do corte de luz. *Mercado A16*

PAINEL S.A.
Governo decide entregar Caixa a aliada de Lira

O governo decidiu que a ex-deputada federal Margarette Coelho (PP-PI), ligada a Arthur Lira, será a presidente da Caixa Econômica Federal, no lugar de Rita Serrano. A mudança visa a destravar votações no Congresso. *Mercado A14*



Agentes retiram corpo de casa em Mata de São João, na Grande Salvador; polícia investiga possível chacina em meio ao aumento da violência na Bahia *Romildo de Jesus/Futura Press/Folhapress*

Ortega avança sobre universidade na Nicarágua

Tomada pelo governo, a Universidade Centroamericana, uma das mais prestigiadas da Nicarágua e gerida por jesuítas, se tornou o símbolo do avanço da ditadura de Daniel Ortega sobre o ensino. Academia era vista como última fronteira do livre pensamento no país. *Mundo A10*

Nove pessoas são encontradas mortas em duas casas na Bahia

Polícia encontra sete corpos carbonizados (dos quais três crianças) em casa incendiada em Mata de São João, na Grande Salvador, e duas mulheres mortas a tiros em imóvel vizinho. Investigação aponta para chacina. *Cotidiano B2*

Com medo de operação da PM, moradores deixam Guarujá

Cotidiano B1

Cerimônia do Sete de Setembro vai ligar militares à democracia

No primeiro Dia da Independência após o governo Jair Bolsonaro, a gestão petista vai explorar as cores da bandeira e lançar mensagem de união nacional, buscando reverter a partidarização da data e das Forças Armadas. *Política A4*

EDITORIAIS A2

Não foi golpe
Sobre Lula e o impeachment de Dilma Rousseff.

Pecados taxados
A respeito de tributação de produtos nocivos.

ATMOSFERA



Barbara Heliodora: Nos 100 anos de seu nascimento, maior crítica brasileira de teatro é celebrada em livro e podcast SEGUNDO CADERNO



O GLOBO

Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2023 ANO XXIX - Nº 32.804 - PREÇO DESTA EXEMPLAR NORJ - R\$ 6,00



DESAFIO FISCAL

Governo taxa fundos e corre para viabilizar meta do arcabouço

Lula edita MP e prepara pacote por aumento de receitas às vésperas de enviar Orçamento de 2024

Pressionado pelo compromisso de zerar o déficit público no ano que vem e às vésperas de enviar ao Congresso a proposta do Orçamento de 2024, o governo tenta acelerar medidas que garantam um salto da arrecadação para cumprir as metas assumidas no novo arcabouço fiscal. O presidente Lula assinou ontem medida pro-

visória que eleva a tributação sobre os fundos exclusivos (fechados para alta renda) e um projeto de lei para taxar as offshores. A Fazenda conta ainda com uma lista que inclui desde a taxa de apostas esportivas a vitórias em disputas fiscais no Carf para estimar uma alta de R\$ 173 bilhões na receita em 2024. **PÁGINA 13**

Corrida ao STF afunila entre Dantas e Messias

Enquanto Cristiano Zanin está sob críticas da esquerda por sua atuação no STF, o presidente Lula já avança na escolha do substituto de Rosa Weber. Ele tem consultado aliados e políticos sobre a indicação, e dois nomes chegam à reta final como favoritos: o advogado-geral da União, Jorge Messias, e o presidente do TCU, Bruno Dantas. **PÁGINA 4**

EDITORIAL
É NECESSÁRIO REEQUILIBRAR A CÂMARA **PÁGINA 2**

MÍRIAM LEITÃO
A importância de definir atos e palavras corretamente **PÁGINA 14**

CARLOS EDUARDO MANSUR
Uma compensação que não paga o tempo do futebol **PÁGINA 27**

Câmara deve separar 'jabuti' de PL da desoneração

A Câmara deve votar hoje o projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos setores que mais geram empregos. Inserido no PL, um benefício previdenciário a todos os municípios do país deve ser votado separadamente, defendem líderes do governo no Congresso e a relatora do PL, deputada Any Ortiz. **PÁGINA 14**

LEO AVERSA
O marketing pessoal se espalhou como uma epidemia SEGUNDO CADERNO

CARMEN DE OXUM E MICHEL SCHLESINGER
Medicina não é religião, assim como a fé não é ciência **PÁGINA 3**

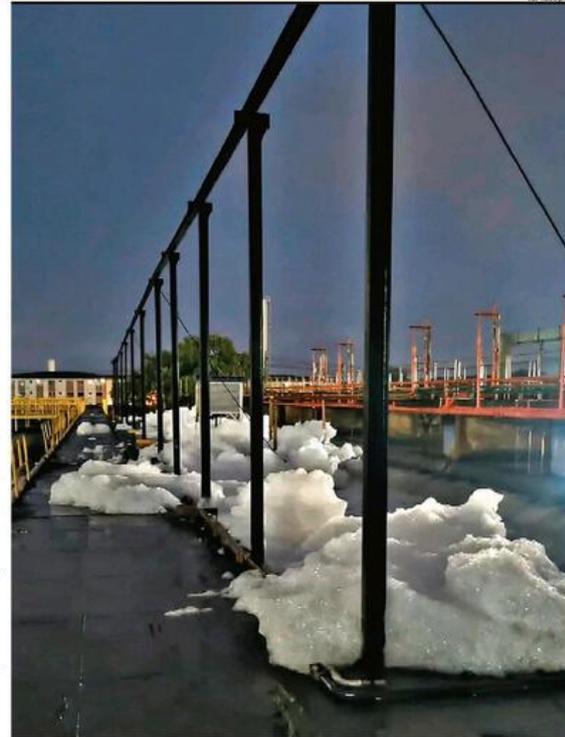
Entrevistado entre Lula 3 e Lula 4 **OK**



— Até aqui, tudo bem pra você? —

Ipea: Reforma Tributária elevará receita de 82% dos municípios

Novo sistema de impostos, com cobrança no destino, deve desconcentrar a arrecadação. Cidades "ganhadoras" reúnem 67% da população. **PÁGINA 16**



Espuma suspeita afeta fornecimento de água no Rio

Captação de água em Guandu ficou parada por 14 horas, e corte ainda pode prejudicar milhões de pessoas nos próximos dias. Polícia e Inea suspeitam de despejo criminoso de detergente. **PÁGINA 22**

Três meses após reunião, renegociação de dívida com Venezuela segue estagnada

Depois de reaproximação com a Venezuela, marcada pelo encontro entre Lula e Maduro, forma de quitar débito superior a R\$ 6 bilhões não teve avanço. Governo venezuelano adiou reunião sobre o tema que seria em agosto. **PÁGINA 17**

Chacina com nove mortos, sendo três crianças, agrava crise de segurança na Bahia

A guerra do tráfico é a principal linha de investigação sobre chacina na Região Metropolitana de Salvador na madrugada de ontem, ampliando lista de episódios violentos. Sete corpos estavam carbonizados. Um menino sobreviveu. **PÁGINA 10**

Zelensky cogita modificar legislação para evitar suspensão das eleições de 2024

Com popularidade em queda, o presidente da Ucrânia defende a realização em março das eleições no país, por ora vetadas pelas leis locais por causa da invasão russa. Objetivo é ganhar legitimidade para negociar a paz. **PÁGINA 18**

SABEDORIA POPULAR

A ciência atesta: canja de galinha faz bem

Estudos científicos comprovaram que nossas avós estavam certas ao receber a canja para curar resfriados. Ao combinar frango, vegetais e arroz, ela vira um alimento completo que ajuda a reforçar nosso sistema imunológico. **PÁGINA 19**

A hora do inverno

Depois do calor intenso da semana passada, a chuva constante derrubou a temperatura no Rio, que registrou máxima de 20,5° ontem. Houve deslizamentos de terra, mas sem vítimas. **PÁGINA 24**



ESPORTES

Confederação vê mortes de motociclistas como 'fatalidade'

Tragédia recorrente em Cascavel levanta debate sobre a segurança do esporte, mas dirigente afirma que não é preciso rever protocolo. **PÁGINA 28**

Fla com problemas para final

Arrascaeta tem lesão e perderá ao menos um jogo da final da Copa do Brasil. Sorteio define que São Paulo decidirá título em casa. **PÁGINA 27**

www.correiobraziliense.com.br

LONDRES, 1808; HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA, BRASÍLIA, 1960; ASSIS CHATEAUBRIAND

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, TERÇA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2023

NÚMERO 22.070 • 26 PÁGINAS • R\$ 4,00

Governo taxa super-ricos para aumentar arrecadação

Victor Campanato/EB



O governo federal anunciou duas medidas voltadas para aumentar a contribuição dos brasileiros de alta renda na arrecadação de impostos. A primeira é a medida provisória que determina a cobrança tributária sobre fundos exclusivos, popularmente conhecidos como investimentos dos "super-ricos". A tributação sobre essa modalidade financeira passa a ser imediata, mas a proposta precisa ser aprovada pelo Congresso em até 120 dias para continuar válida. Em outra frente, o Executivo enviou ao Legislativo projeto de lei que determina a tributação sobre rendimentos em offshores, empresas situadas no exterior que costumam operar com impostos reduzidos ou isentos. É certo que a proposição sofrerá mudanças no Parlamento, onde há uma resistência em relação aos planos do Ministério da Fazenda. Trata-se de mais um teste na relação entre o chefe do Planalto, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Isenção do IR e salário mínimo são sancionados

PÁGINA 2

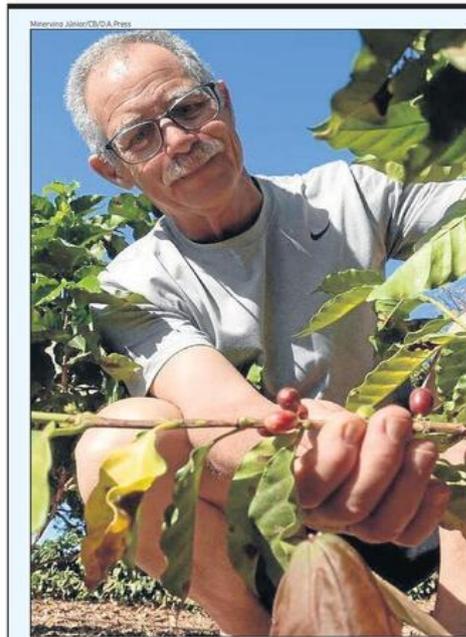
Kevit Matos/Info/CP/DA Press



"O racismo organiza relações de poder"

Relatora do projeto que revisa a Lei das Cotas, a deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) defende tornar permanente a reserva de vagas nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Ao *CB.Poder*, a parlamentar disse que pretende ampliar as ações contra a discriminação.

PÁGINA 6



7 de Setembro de Lula terá menos festa

Para afastar o bolsionarismo do Dia da Independência, Palácio do Planalto reduzirá o número de militares e servidores nas comemorações oficiais. Haverá também menos entidades nos eventos, como PF e PIRE. O tema deste ano será "democracia, soberania e união".

PÁGINA 3

524 carros foram roubados em Brasília este ano

PÁGINA 13

Trump enfrenta júri na véspera da Superterça

Juiz federal de Washington marca para 4 de março de 2024 o julgamento do ex-presidente pela tentativa de reverter as eleições de 2020. Magnata denuncia "interferência eleitoral".

PÁGINA 9

Novo remédio reduz colesterol em até 65%

O mivulaplin poderá ser a primeira opção de combate à lipoproteína(a), uma molécula que é mais prejudicial à saúde cardiovascular que o LDL, a famosa gordura ruim.

PÁGINA 12

Cheiro de bons negócios

Rubem Alves (foto) é um dos 83 produtores de cafés do DF. O grão tem atraído agricultores e a colheita cresceu 11% no ano passado. Mercado da capital é receptivo às variedades especiais da bebida.

PÁGINA 15

Getty Images via AFP



Bia tem a força

Brasileira derrota Sloane Stephens, campeã do US Open em 2017, e avança à segunda fase em Nova York. Ela voltará às quadras amanhã contra Taylor Townsend.

Rodada do Brasileiro tem cinco lesões graves. Dudu está fora da temporada.

PÁGINA 20



As outras faces de Cândido Portinari

Obras raras, trabalhos como artista gráfico, figurinista e ilustrador e até mesmo uma tela do pintor resgatada e recuperada serão apresentadas a partir de hoje, no CCBB.

INFORME PUBLICITÁRIO

MINISTRO HADDAD, AJUDE-NOS A PROTEGER O PEQUENO COMÉRCIO

Mais informações na página 3



abrase



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000 (61) 99158.8045 • assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166 (61) 99256.3846

MME / ASCOM .